

# **Fronteiras interdisciplinares no estudo do passado indígena: considerações sobre arqueologia e história em Santa Catarina**

*Jaisson Teixeira Lino\**  
*Elisana Reis da Silva\*\**  
*Gislaine Inácio de Melo Lino\*\*\**

## **Resumo**

O presente estudo objetiva realizar uma reflexão sobre a história indígena no plano das fontes arqueológicas e históricas. Sabe-se que o diálogo entre as fontes é estritamente necessário para a pesquisa das sociedades nativas na longa duração, sendo que a etno-história pode contribuir como fonte mais detalhada sobre a organização social e mágico-religiosa e a cultura material para as análises da tecnologia, do cotidiano, das relações com o meio ambiente, entre outros. Como áreas do conhecimento que buscam por meios diferentes, formas de interpretação do passado, travaram tensões e rupturas, colocando como corolário básico uma diferença radical entre as sociedades indígenas do período pré-colonial e histórico. Antes de imaginar a arqueologia subordinada à história, ou vice-versa, é necessário estabelecer o esforço interdisciplinar de complementaridade entre fontes e, desta forma, estudar o passado indígena a partir de uma perspectiva muito mais ampla.

**Palavras-chave:** Arqueologia indígena. Cultura material. Fronteiras interdisciplinares.

A arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais, pois se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. (BROCHADO, 1984, p. 565).

Este trabalho propõe trazer para o debate algumas reflexões sobre as relações entre a história e a arqueologia, no âmbito da história indígena que vem sendo produzida no estado de Santa Catarina. Reflexões estas que talvez, para os arqueólogos, não tragam nenhuma novidade, mas que, colocadas no diálogo com historiadores, acreditamos adquirir uma significação relevante, no que concerne ao descompasso observado entre o fazer arqueológico e historiográfico no âmbito mais geral das ciências humanas. A despeito da maneira residual com que trataremos deste tema, acreditamos poder contribuir para uma aproximação destas duas importantes áreas do conhecimento, somadas com as demais, como a antropologia, a linguística, a genética, dentre outras, avançando nas pesquisas que tenham como ponto comum os coletivos indígenas que ocuparam e ocupam a circunscrição geográfica catarinense.

De um lado ou de outro, existem muitos pontos em comum, que contribuem sobremaneira para a história indígena: a etno-história como fonte mais detalhada sobre a organização social e mágico-religiosa, muitas vezes ausentes no registro arqueológico; as contribuições que a cultura material pode oferecer para as análises da tecnologia, do cotidiano, das relações com o meio ambiente; entre outros. Na outra mão da via, como áreas do conhecimento que buscam por meios diferentes, formas de interpretação do passado, travaram tensões e rupturas, colocando como corolário básico uma diferença radical entre as sociedades indígenas do período pré-colonial e histórico.

O distanciamento se deu também, em nosso entendimento, devido ao histórico de alheamento dos arqueólogos perante as questões políticas, de engajamento social. Muitos, ainda hoje, procuram evitar se deparar com as implicações de seu fazer científico junto aos povos indígenas, sendo resultado disso o desligamento dos povos que constituíram os sítios arqueológicos estudados daqueles que

foram documentados na história, e atualmente pesquisados pela antropologia. Somente assumindo esta implicação política, identitária, é que se pode aproximar da história.

Caso se queira uma “nova história indígena”, e este termo é muito apropriado, necessário se faz incluir os povos indígenas no espectro mais amplo de sua história, a saber, todo aquele espaço temporal que usualmente, e por falta de termo melhor, chamamos de Pré-história. Funari e Noelli (2006, p. 12-15) colocaram em evidência certos aspectos do termo, sendo importante aqui retomá-los. Em primeiro lugar, o conceito de pré-história se contrapõe ao de história a partir do século XIX, quando esta ciência humana se consolida e ganha corpo teórico-metodológico, definida como o estudo e conhecimento dos povos com escrita, tendo então o documento escrito seu corolário máximo. Em contrapartida, todos os demais povos que não tivessem como suporte de expressão a escrita foram classificados como “pré-históricos”, o que adquiriu uma carga preconceituosa, para dizer o mínimo, considerando que estariam situados em algum lugar antes da história, ou à espera desta. Isto se complica ainda mais quando pensamos no continente americano, imaginando o início da história em 1492. Como sabemos, o processo de conquista europeia da América se deu de modo desigual nas diferentes regiões do continente, dificultando ainda mais a separação em uma linha em que de um lado se situam os povos com escrita dos sem escrita, somando-se a isso as evidências de comunicação escrita e gráfica em diversos povos nativos. Em segundo lugar, de acordo com pesquisas arqueológicas, os seres humanos modernos, resultado de processos de evolução, vivem a mais de duzentos mil anos na face da Terra, construindo sua história. Assim, temos que considerar que a maior parte da trajetória humana é classificada como “pré-história”, ou, como afirmam os autores supracitados, constituem 99,9% da história humana, se considerarmos os antecessores do *homo sapiens sapiens*.

Há importantes implicações, para o caso de Santa Catarina, no que se refere à “pré-história”. Devemos notar o complexo processo de ocupação inicial e de povoamento deste território. Existem datações por carbono 14 de até oito mil anos antes do presente,

mostrando o assentamento humano em tempos muito recuados. No litoral, povos construíram grandes monumentos, o que hoje chamamos de sambaquis, cujas interpretações de arqueólogos vêm intrigando pela complexidade latente dos povos que os construíram, servindo inclusive como contestação às classificações *stewardianas* de nomadismo, evidenciando-se ocupações permanentes e sedentárias, além de aspectos tecnológicos, hierarquia social, domínio territorial, entre outros (GASPAR, 2000). Mais para o interior, temos os sítios formados por grupos caçadores-coletores, produtores de artefatos líticos, como as pontas de projétil, como os exemplares que tivemos a oportunidade de evidenciar em Ibirama (LINO, 2009a). Negar a história e a historicidade destes povos, que não legaram testemunhos escritos pelos colonizadores, é negar a própria agência tanto destes povos, quanto do percurso histórico deste território.

De fato, observamos o descompasso entre arqueologia e história. Mas, voltando para a problemática do título do artigo, no que se aproximam e no que se distanciam? Ao tratar da história da arqueologia, Funari (2003) aponta algum distanciamento quando escreve que a arqueologia tem suas origens na América mais ligadas à antropologia, ao estudo do que, de início, seria a pesquisa do “outro”, isto é, dos povos indígenas em contraponto à tradição europeia de estudo de sua própria ancestralidade, seja ela saxã, celta, seja ela de povos do paleolítico. Esta falta de identidade com os povos indígenas levaram muitos arqueólogos a se aproximarem da antropologia, fazendo parte de departamentos e programas de graduação e pós-graduação. Logo, podemos observar que o distanciamento da história se deu muito mais com base em pressupostos etnocêntricos que epistemológicos propriamente ditos. Trigger (2004, p. 362) complementa a questão:

A distinção disciplinar entre história e antropologia, como vimos, teve origem em considerações ideológicas. Os europeus do século XIX consideravam-se naturalmente progressistas e achavam os povos nativos que submetiam ao domínio colonial essencialmente estáticos, portanto aquém da linha de pesquisa histórica. Levou muito tempo para que as duas disciplinas pelo menos começassem a lidar com as implicações desses preconceitos, que continuam surpreendentemente vivos.

Bruce Trigger ainda discute o debate que contrapôs os pesquisadores que buscavam no passado o particular, associados à escola histórico-cultural, e aqueles que buscam as generalizações e regularidades no comportamento humano, ligados ao processualismo. Dicotomia esta que possui sua origem nas tentativas malogradas de separar a história da ciência, com base em uma perspectiva evolucionista (TRIGGER, 2004, p. 363).

Para o caso de Santa Catarina, é difícil identificar a ligação da arqueologia, seja com a antropologia, seja com a história, considerando-se que atualmente a disciplina está sendo realizada muito mais no âmbito contratual, ou seja, junto aos procedimentos de licenciamento ambiental de obras de desenvolvimento, como usinas hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, loteamentos, ampliação de rodovias, ferrovias, entre outros, assumindo uma posição independente da academia. Institucionalmente, parece estar mais ligada à história desde a época dos pioneiros, ligados aos museus ou aos cursos de história. A própria formação dos profissionais parece ter ser dado em cursos de graduação e até mesmo em mestrados de história.

Mas a arqueologia estaria ligada à história em um sentido interdisciplinar, ou como uma disciplina auxiliar, e por consequência subalterna, “menor”? Em realidade temos os dois casos, mesmo no estado da arte atual, em que a arqueologia, por meio do amadurecimento de mais de cem anos de prática, conquistou aportes teórico-metodológicos próprios, com temas, problemas e debates próprios, com a ampliação do campo de atuação, seja temporal, seja espacial. Vitor Oliveira Jorge (1990) discutiu alguns pontos desta questão, merecendo aqui o destaque de alguns. A arqueologia entra na história como auxiliar quando historiadores acessam pesquisas arqueológicas para complementar alguma lacuna não presente nos documentos escritos, ou quando os mesmos faltam por completo. Porém, em grande medida, esta subordinação se dá por culpa dos arqueólogos, atados a uma rotina de pesquisa que se resume a escavar e analisar artefatos, sem ultrapassar a difícil linha que procura inserir a reflexão, a interpretação, a significação. Em muitos casos, historiadores se assustam com os relatórios que trazem termos técnicos muito específicos, números, dados, e pronto. Obviamente que a arqueologia

possui sua especificidade, e também se conecta de modo muito particular com áreas das chamadas ciências duras, mas se exonerar das interpretações sobre o passado seria negar o próprio objetivo último a qual a arqueologia deveria servir, o qual a aproxima da história. Em suma, a arqueologia é uma área do conhecimento que produz, por um meio alternativo, interpretações sobre o passado da humanidade:

A arqueologia é, para nós, um saber alternativo ao da história tradicionalmente considerada. É uma forma própria de estudar o mundo material, o mundo da relação do homem com a realidade física que o rodeia e de que ele mesmo faz parte (um ser humano é também um objecto para outros seres). Esta é, pensamos, a perspectiva que permite superar a posição de secundaridade da Arqueologia, integrando-a como saber de corpo inteiro do domínio das ciências do homem. (JORGE, 1990, p. 369).

De fato, arqueologia e história devem se relacionar de forma a se complementar de maneira igualitária, contribuindo para o estudo de determinado tema ou objeto. Portanto, as fontes materiais e imateriais podem fornecer informações importantes para a história indígena, sendo para confirmar certas informações, ou até mesmo para refutá-las, submetendo-as à crítica, contribuindo, assim, para a produção científica mais abrangente (FUNARI, 2003, p. 42).

Gostaríamos aqui também de destacar a (in)visibilidade das fontes arqueológicas em publicações de história indígena, em especial os trabalhos de alcance para um público mais amplo, como alunos de graduação nas ciências sociais em geral. Podemos observar dois polos: em um extremo, produções que inserem a arqueologia como história indígena, e de outro, a diminuição ou até mesmo ausência das pesquisas arqueológicas. Descrevemos dois exemplos do primeiro caso e um do segundo.

O volume organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992a) possui o mérito de incluir o título “História dos Índios no Brasil”, artigos de arqueologia que dialogam com a história indígena. Assim, dois temas importantes foram incluídos na publicação: o debate sobre a antiguidade do povoamento americano, por meio da discussão

de datas muito antigas do território brasileiro, com a polêmica dos sítios da Serra da Capivara (GUIDON, 1992); e o texto de Anna Roosevelt (1992), colocando em evidência a revisão das interpretações deterministas sobre os povos amazônicos pré-coloniais. Completam os trabalhos agrupados na parte intitulada “Fontes da História Indígena” outros dois textos com temáticas que possuem a cultura material como fonte, sendo um sobre antropologia física (SALZANO, 1992) e outro sobre as coleções etnográficas (RIBEIRO; VELTHEM, 1992). A própria organizadora, em artigo de abertura do livro, adiciona dados da arqueologia quando discute o povoamento humano no território americano (CUNHA, 1992b).

Por esta via temos também o livro de Carlos Fausto, intitulado *Os índios antes do Brasil* (FAUSTO, 2005). O autor constrói essa história conjugando fontes arqueológicas, históricas, antropológicas e linguísticas, submetendo à crítica estas inter-relações e, a partir daí, descreve a ocupação humana do território brasileiro que deveria ser conhecida por todos aqueles preocupados em montar um quadro menos incompleto da trajetória indígena. Com este viés interdisciplinar, Fausto, dentre outras coisas, critica o modelo classificatório de Julian Steward, contrapondo-o com as pesquisas mais recentes na Amazônia que demonstram que a região foi desde o passado pré-colonial, importante centro cultural e inventivo. Dados, por exemplo, como aterros da ilha de Marajó, descrições de cronistas como Cristóbal de Acuña e trabalhos antropológicos no parque do Xingu possibilitam a construção diferenciada da narrativa histórica dos povos indígenas. Destaca ainda pesquisas que permitem a ligação entre história e pré-história: “A vantagem desses trabalhos é a possibilidade de postular uma continuidade entre a população pré-histórica e contemporânea, permitindo maior integração entre etnologia e arqueologia.” (FAUSTO, 2005, p. 52). Completaríamos a citação incluindo a história neste rol de integração.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou, por conta das “comemorações” dos 500 anos de Brasil, uma edição de luxo contendo artigos diversos sobre os povos que formaram a “nação” brasileira, estando os índios contemplados por artigo de

Ronaldo Vainfas (2007). Tratando a história indígena do Brasil como de despovoamento, traça um perfil dos principais aspectos no decorrer dos séculos, a partir de 1500. Contudo, a história indígena é também de povoamento, desde que se considere o extenso período anterior, em um território que por volta de 12 mil anos atrás já em suas diferentes partes estava sendo povoado. Desconsidera, portanto, a arqueologia como fonte histórica quando afirma que:

[...] sem a crônica colonial de portugueses, franceses e outros europeus, sem a correspondência jesuítica, sem as gramáticas da língua geral e de outras línguas, quase nada se poderia saber sobre os nativos, suas culturas, sua história.

Descrevendo as possíveis rotas migratórias Tupi para o Sul do Brasil, afirma que o modelo de Brochado (1984) carece de comprovação, a despeito de mais de trinta anos de pesquisas arqueológicas que vem confirmando esta rota (NOELLI, 1994), optando-se pelo modelo de Alfred Métraux formulado na década de 1920.

As três publicações citadas têm ampla circulação e demonstram a oposição de enfoques que privilegiam dados arqueológicos ou os tiram da construção da narrativa histórica. Como material de divulgação e pesquisa, podem influenciar nas opções teórico-metodológicas dos cientistas sociais em formação.

O outro assunto aqui a ser tratado é o das ligações entre os povos pré-coloniais e históricos, em particular no contexto geográfico do estado de Santa Catarina. A problemática básica é: torna-se possível realizar uma história indígena de longa duração, estabelecendo relações entre o registro arqueológico e as fontes documentais? Ou ainda: existe correlação direta entre povos antes e depois da colonização da região?

Estas interrogações passam pelos processos de povoamento dos povos Guarani e Jê no estado de Santa Catarina. Os arqueólogos, a partir de enfoques teóricos diversos, vêm, em sua maioria, realizando esforços para colocar esta questão nas agendas de pesquisa, elaborando-se modelos explicativos que deem conta da complexidade que envolve estas questões. Por meio do uso de dados



etno-históricos, arqueólogos vêm nos últimos anos realizando estudos interdisciplinares, contribuindo para a construção de uma história indígena na longa duração, contemplando, portanto, um período que vai das origens à atualidade.

Para o caso dos Guarani, temos o estudo de Lino (2007; 2009b). Pesquisando sítios arqueológicos no vale do rio Araranguá, litoral sul de Santa Catarina, o autor procurou descrever o sistema de assentamento e sua variabilidade, por meio de estudo conjugando dados da própria arqueologia, principalmente a cerâmica, com dados ambientais (análises de solos, levantamentos de flora e fauna, entre outros), além do uso de fontes etno-históricas, representadas por relatos de padres jesuítas que estiveram no século XVII catequizando na região, deixando descrições sobre os povos nativos ali residentes. Somaram-se assim diferentes fontes com um objetivo comum: interpretar aspectos do passado dos povos Guarani.

Um debate interessante tem sido feito recentemente, no que se refere à arqueologia dos povos Jê. Classificados por muito tempo em termos artificiais criados pelas tradições arqueológicas Casa de Pedra/Taquara/Itararé, aos poucos os sítios que vem sendo registrados e pesquisados estão sendo nomeados como sítios Jê, o que já significa uma mudança importante, o mesmo valendo para o caso dos Guarani, anteriormente nomeados genericamente de Tupi-guarani. Em síntese, o debate gira em torno da possibilidade ou não de identificar as diferenças entre os Kaingang e Xokleng no registro arqueológico. A questão que ainda gera polêmica pode ser conhecida em seus diferentes pontos de vista na publicação organizada por De Masi (2006a). Reunindo diversos profissionais, procuraram discutir os modelos sobre os sistemas de assentamento pré-coloniais do planalto catarinense, composto por sítios líticos e cerâmicos a céu aberto, estruturas subterrâneas, danceiros, montículos, abrigos sob rocha e sua relação com os Jê. Diferente dos modelos então dominantes, de correlação das estruturas subterrâneas com os Kaingang, De Masi (2006b) apresentou um modelo identificando os sítios por ele estudados na bacia do rio Canoas com os povos Xokleng, por meio de duas evidências básicas: os sepultamentos com cremação e os danceiros rituais, que possuem

corroboração nos dados etno-históricos sobre estes povos. De qualquer modo, o debate continua em aberto, devendo-se analisar o tema de acordo com os resultados a nível regional, em contraposição com os resultados de outras colegas, em outras áreas.

Os sepultamentos cremados, aliás, já tinham sido anteriormente especulados como de origem Xokleng nas pesquisas sobre sítio arqueológico de Içara, no sul de Santa Catarina, com duas datações, uma de 1040 e outra de 1060 anos antes do presente, onde foram resgatados 83 esqueletos de indivíduos humanos, com evidências de cremação em muitos deles (SCHMITZ *et al.*, 1999).

Neste seminário emergiu, no trabalho de Sérgio Baptista da Silva (2006), outro ponto importante para a reflexão que aqui está sendo desenvolvida. Silva formulou um modelo etnoarqueológico para o estudo dos grafismos em suportes como a cestaria, o corpo, a cerâmica e as representações rupestres para os Guarani e os Jê, e que se possa somar dados da cultura material de povos indígenas na atualidade, na discussão sobre os processos históricos destes povos. Assim, temos a seguinte implicação: os arqueólogos também podem contribuir estudando elementos da cultura material da atualidade indígena, colocando em evidência a continuidade e mudança na história indígena na longa duração, na perspectiva da esfera material.

O sentido inverso, isto é, a etno-história como ponto de partida e de *insights* para a pesquisa arqueológica, tem seu exemplo para Santa Catarina no trabalho de Rodrigo Lavina (1994). O pesquisador buscou nas escassas fontes históricas e etnográficas sobre os Xokleng, elementos da cultura material que podem contribuir para a arqueologia, incluindo aqueles materiais perecíveis, com poucas chances de preservação no solo, colocando como problemática a associação ou não das pontas de projétil líticas, presentes em sítios do território Xokleng, já que não há menção ao uso desta matéria-prima no período histórico.

O uso de dados históricos e, conseqüentemente, de analogias tem sido alvo de muitas críticas, havendo-se a consciência dos cuidados que se fazem necessários quando do uso dos mesmos na análise arqueológica. Reis (2007), por exemplo, ao pesquisar sítios do tipo estruturas subterrâneas no planalto catarinense, faz dura crítica ao

uso dos modelos etnoarqueológicos, quando afirma que:

[...] com relação às estruturas subterrâneas, o uso de fontes etnográficas torna-se, por duas razões, quase impraticável. Primeiro, por serem elas escassas e fragmentárias; segundo por considerável ou impossível de medir a distância temporal entre passado arqueológico e o presente etnográfico. (REIS, 2007).

A despeito da pertinência dos cuidados necessários, o que não é possível aceitar é que não sejam estabelecidas relações entre os povos indígenas pré-coloniais e históricos, já que a arqueologia, além de estudar a continuidade, deve se ater às transformações também, sendo o processo de mudança ocasionada pela colonização também objeto da explicação arqueológica. A título de ilustração, temos pesquisas desenvolvidas no oeste de Santa Catarina nas quais os resultados apontaram para uma situação de contato no século XIX, em que os povos Jê continuavam a construir suas estruturas escavadas no solo (CALDARELLI; HERBERTS, 2002).

Assim, voltamos o olhar para a epígrafe deste artigo, extraída de Brochado, assumindo-a como um lema, um compromisso do fazer arqueológico, comprometido com a construção de uma nova história indígena para Santa Catarina, com a dimensão material sendo destacada em todo o período de existência dos diferentes povos nativos.

Apresentar este trabalho em um evento de história é, pois, um desafio que encaramos com muita satisfação, estabelecendo um passo, para quem sabe, elaborarmos uma agenda comum para a investigação sobre os povos indígenas de Santa Catarina.

## Notas

\*Professor e arqueólogo da UFFS.

\*\* Acadêmica do curso de História da UFFS.

\*\*\* Graduada e especialista em História pela UNESC.

## Referências

BROCHADO, José Justiniano Proenza. **An Ecological Model of the**

**Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América.** Tese (Doutorado) – University of Illinois, Champaign, 1984.

CALDARELLI, Solange; HERBERTS, Ana Lúcia. Estruturas habitacionais escavadas na bacia do rio Chapecó, extremo oeste catarinense. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (Ed.). Casas Subterrâneas nas Terras Altas do Sul do Brasil. **Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 58, p. 139-156, 2002.

CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992a.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992b. p. 9-26.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal de (Org.). **Xokleng 2860 a.C. As Terras Altas do Sul do Brasil.** Transcrições do Seminário de Arqueologia e História. Tubarão: Ed. Unisul, 2006a.

\_\_\_\_\_. Arqueologia das Terras Altas do Sul do Brasil: o Baixo Vale do Rio Canoas, SC. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Xokleng 2860 a.C. **As Terras Altas do Sul do Brasil.** Transcrições do Seminário de Arqueologia e História. Tubarão: Ed. Unisul, 2006b. p. 47-75.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GUIDON, Niéde. As Ocupações Pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 37-52.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia e História: Algumas Reflexões**

Prévias. Revista da Faculdade de Letras: História, série II, v. 7, p. 367-372, 1990.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 1994.

LINO, Jaisson Teixeira. **Arqueologia Guarani na Bacia Hidrográfica do rio Araranguá**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia Guarani no Vale do Rio Araranguá**, Santa Catarina. Erechim: Habilis, 2009b.

\_\_\_\_\_. (Coord.) **Arqueologia preventiva da PCH Ibirama**. Relatório de Pesquisa. Içara: Arqueosul, 2009a.

LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. Os Arqueólogos e os Índios...Vivos! Reflexões sobre Arqueologia Pública, Políticas Públicas e Sociedades Indígenas. **Cadernos do Ceom**, ano 25, n. 34, p. 99-121, 2012.

NOELLI, Francisco Silva. Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas Tupi. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 20, n. 1, p. 107-136, 1994.

REIS, Maria José. **A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense**. Erechim: Habilis, 2007.

RIBEIRO, Berta G.; VELTHEM, Lucia H. Van. Coleções Etnográficas: Documentos Materiais para a História Indígena. In: CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 103-112.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-86.

SALZANO, Francisco M. O Velho e o Novo: Antropologia Física e História Indígena. In: CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 27-36.

SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. Içara: Um Jazigo Mortuário no Litoral de Santa Catarina. **Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 55, 1999.

SILVA, Sérgio Batista da. Refletindo Sobre a Cultura Material e os Grafismos Kaingang: Possibilidades para a Interpretação Arqueológica. In: DE MASI, Marco Aurélio Nadal de (Org.). **Xokleng 2860 a.C. As Terras Altas do Sul do Brasil**. Transcrições do Seminário de Arqueologia e História. Tubarão: Ed. Unisul, 2006. p. 124-154.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. História Indígena – 500 anos de despovoamento. IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 37-59.

## **Abstract**

Our article focuses on indigenous history by drawing upon historical and archaeological sources. Striking a symmetry between sources is necessary both for the research of native societies but also for ethno-historical approaches, which can furnish greater detail about social organization, magical-religious systems and material culture in the contemporary analysis of technology, everyday relations with the environment, etc. As areas of knowledge which seek other ways of interpreting the past, its tensions and ruptures we identify a basic corollary, indeed a radical difference, between the indigenous societies of pre-colonial history. Rather than subordinating archaeology to history, or vice versa, it is sooner necessary to establish an interdisciplinary approach between sources enabling us to studying indigenous history from a much broader, complimentary perspective.

**Keywords:** Indigenous Archaeology. Material culture. Interdisciplinarity.